

STJ00098402

PEDRO HENRIQUE DEMERCIAN

Procurador de Justiça em São Paulo em exercício no Setor de Recursos Extraordinários e Especiais Criminais da Procuradoria-geral de Justiça do Estado de São Paulo. Mestre e Doutor em Direito Processual Penal pela PUC/SP. Professor Assistente-Doutor em Processo Penal nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação *lato sensu* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

JORGE ASSAF MALULY

Procurador de Justiça em São Paulo em exercício no Setor de Recursos Extraordinários e Especiais Criminais da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo.

**CURSO DE
PROCESSO
PENAL**

9ª edição
revista e atualizada



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, af compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2014 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Rodrigo Lippi

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

D44c

Demercian, Pedro Henrique, 1960–

Curso de processo penal / Pedro Henrique Demercian, Jorge Assaf Maluly. – 9. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2014.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-4838-2

1. Processo penal. I. Maluly, Jorge Assaf, 1965–. II. Título

05-1387

CDU 343.1

992848

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Capítulo I – Introdução ao Processo	1
1.1. Finalidade do Processo	1
1.2. Princípios do Processo	1
1.2.1. Verdade real	2
1.2.2. Princípio da oficialidade	2
1.2.3. Princípio da legalidade	2
1.2.4. Princípio da indisponibilidade	3
1.2.5. Princípio da publicidade	3
1.2.6. Princípio do estado de inocência	5
1.2.7. Princípio do <i>favor rei</i>	6
1.2.8. O princípio da oralidade e seus consectários	6
1.2.8.1. Introdução	6
1.2.9. A oralidade no processo penal brasileiro	7
1.2.9.1. O problema da linguagem	7
1.2.9.2. Oralidade: aspectos introdutórios	9
1.2.9.3. Oralidade dos atos propriamente dita	10
1.2.9.4. Concentração	12
1.2.9.5. Imediação	14
1.2.9.6. Identidade física do juiz	16
1.3. Algumas Garantias Constitucionais	16
1.3.1. Introdução	16
1.3.2. O devido processo legal	17
1.3.3. Contraditório	18
1.3.3.1. Aspectos gerais	18
1.3.3.2. Juiz imparcial, partes e igualdade processual	19
1.3.4. Ampla defesa: autodefesa e defesa técnica	20
1.3.5. Direito à prova e decisões motivadas	22
Capítulo II – Sistemas Processuais	25
2.1. Sistemas Processuais	25
2.1.1. O sistema acusatório	25
2.1.2. Sistema inquisitivo	26
2.1.3. Sistema misto	27
Capítulo III – Lei Processual no Tempo e no Espaço e sua Interpretação	29
3.1. A Lei Processual Penal no Espaço	29
3.2. A Lei Processual Penal no Tempo	29
3.2.1. A modificação da competência	30
3.2.2. Normas mistas (penais e processuais)	31
3.3. A Interpretação da Lei Processual Penal	36

Capítulo IV – Do Inquérito Policial	37
4.1. O Inquérito Policial: Preparação para a Ação Penal.	37
4.1.1. Aspectos introdutórios e origem do inquérito policial	37
4.1.2. Breves notas sobre o inquérito: características e finalidade	38
4.1.2.1. Finalidade do inquérito e Polícia Judiciária	38
4.1.2.2. Características do inquérito policial	40
4.1.2.3. O contraditório no inquérito	44
4.1.2.3.1. Aspectos introdutórios.	44
4.1.2.3.2. O contraditório e a ampla defesa no inquérito	44
4.1.2.3.3. O contraditório no atual cenário processual penal	45
4.1.2.3.4. Introdução das provas na fase contraditória	47
4.1.3. <i>Notitia criminis</i>	50
4.1.4. Início do inquérito policial	50
4.1.4.1. De ofício	50
4.1.4.2. Requisição	51
4.1.4.3. Requerimento do ofendido	53
4.1.4.4. Representação	53
4.1.4.5. Auto de prisão em flagrante.	54
4.1.4.5.1. Introdução: da prisão em flagrante	54
4.1.4.5.2. Sujeito ativo da prisão em flagrante	55
4.1.4.5.3. Sujeito passivo da prisão em flagrante	56
4.1.4.5.4. Ação pública condicionada e privada	59
4.1.4.5.5. Espécies de flagrante.	60
I) Introdução	60
II) Flagrante em sentido próprio.	60
III) Flagrante impróprio (quase flagrante)	60
IV) Flagrante presumido (ou <i>ficto</i>)	61
V) Ação controlada: flagrante diferido e interdição policial.	61
4.1.4.5.6. Auto de prisão em flagrante: formalidades	62
4.1.4.5.7. Relaxamento da prisão em flagrante	64
4.1.4.5.8. Flagrante preparado e esperado.	65
4.1.4.5.9. Infiltração de agente policial e diferenciação do agente provocador	66
4.1.5. Breves notas sobre a realização do inquérito policial.	68
4.1.5.1. Introdução	68
4.1.5.2. Diligências.	68
4.1.5.2.1. Preservação do estado das coisas	68
4.1.5.2.2. Apreensão de instrumentos e outros objetos.	68
4.1.5.2.3. Oitiva da vítima e testemunhas.	69
4.1.5.2.4. Oitiva do indiciado, sua identificação e incomunicabilidade	69
4.1.5.2.5. Dos exames periciais.	71
4.1.5.2.6. Reconhecimentos e acareações.	72
4.1.5.2.7. A reconstituição do crime	72
4.1.6. Conclusão do inquérito policial	72
4.1.7. Os controles dos artigos 10 e 16 do Código de Processo Penal.	74
4.1.8. O arquivamento e o desarquivamento do inquérito policial.	75
4.1.9. O termo circunstanciado e o inquérito policial.	78

4.1.9.1. Quem pode elaborar o termo	80
4.1.9.2. A obrigatoriedade do termo circunstanciado	82
4.1.10. Controle externo da atividade policial e a investigação pelo MP.	84
4.1.10.1. Conceito e fundamentos	84
4.1.10.2. Necessidade do exercício da função institucional.	86
4.1.10.3. Limites do controle externo.	87
4.1.10.4. Instrumentos para o exercício do controle externo	89
4.1.10.5. A investigação a cargo do Ministério Público.	90
Capítulo V – Ação Penal.	101
5.1. Conceito e Fundamento Constitucional	101
5.1.1. Introdução.	101
5.1.2. Natureza jurídica do direito de ação.	101
5.2. Classificação da Ação Penal.	102
5.2.1. Com base na tutela jurisdicional invocada	102
5.2.2. Classificação subjetiva	102
5.2.2.1. Ação penal pública	102
5.2.2.2. Ação penal privada	103
5.2.2.3. Legitimidade concorrente entre o MP e o ofendido	103
5.3. Condições da Ação Penal.	105
5.3.1. Condições genéricas	105
5.3.1.1. Possibilidade jurídica do pedido	105
5.3.1.2. “Legitimidade <i>ad causam</i> ” ou legitimidade para agir.	106
5.3.1.3. Interesse de agir.	106
5.3.1.4. Falta de justa causa	109
5.3.2. Condições específicas.	110
5.4. Ação Penal Pública Incondicionada.	110
5.4.1. Conceito	110
5.4.2. Princípios da ação penal pública	110
5.4.2.1. Oficialidade	110
5.4.2.2. Indisponibilidade.	111
5.4.2.3. Obrigatoriedade.	111
5.4.2.4. Indivisibilidade	115
5.4.2.5. Intranscendência	116
5.4.3. Como se inicia a ação penal pública.	116
5.4.3.1. Aspecto formal	116
5.4.3.1.1. Participação englobada, crimes societários e multitudinários e a descrição da conduta na denúncia	119
5.4.3.2. Recebimento ou rejeição da denúncia.	119
5.4.3.2.1. Introdução	119
5.4.3.2.2. Prazo e suas consequências.	121
5.4.3.2.3. Devolução do inquérito à polícia e aplicação do art. 28 do CPP	121
5.4.3.2.4. Arquivamento e ação penal privada subsidiária à pública	122
5.4.3.2.5. Arquivamento do inquérito e o art. 28 do CPP.	123
I) Introdução	123
II) Pedido tácito ou indireto de arquivamento	125
III) Promotor de Justiça que se recusa a analisar o inquérito ou processo	126

IV) Hipóteses de interpretação analógica e extensiva do art. 28 do CPP	127
V) Competência originária dos tribunais e pedido de arquivamento	129
VI) Revisão do pedido de arquivamento sem provocação judicial	130
VII) O acolhimento do pedido de arquivamento e suas consequências	130
5.5. Ação Penal Pública Condicionada	131
5.5.1. Conceito	131
5.5.2. Representação – natureza jurídica	131
I) Condição objetiva de punibilidade	132
II) Condição de procedibilidade	132
III) A representação como possibilidade jurídica do pedido	132
5.5.3. Destinatários da representação	133
5.5.4. Legitimidade para representar	133
5.5.5. Morte do ofendido	134
5.5.6. Prazo para a representação e o conceito de conhecimento da autoria	135
5.5.6.1. Prazo para a representação	135
5.5.6.2. Prazo para o exercício do direito na hipótese de morte do ofendido	136
5.5.6.3. Prazo para representação e queixa na hipótese de ofendido menor	137
5.5.6.4. Conceito de conhecimento da autoria	137
5.5.7. Retratação da representação	138
5.5.8. Retratação tácita	138
5.5.9. Eficácia objetiva da representação	138
5.5.10. Requisição do Ministro da Justiça	139
5.6. Ação Penal Privada.	140
5.6.1. Conceito	140
5.6.2. Princípios	141
5.6.2.1. Oportunidade e renúncia ao direito de queixa	141
5.6.2.2. Disponibilidade: perdão, desistência e perempção	143
5.6.2.2.1. Aspectos gerais	143
5.6.2.2.2. Perdão do ofendido	143
5.6.2.2.3. Perempção	144
I) Conceito	144
II) Hipóteses de perempção	144
a) A inércia do querelante	144
b) A morte ou a incapacidade do querelante	144
c) A ausência do querelante a qualquer ato do processo	145
d) A falta de pedido de condenação	145
e) A extinção da pessoa jurídica	146
5.6.2.3. Indivisibilidade	146
5.6.2.4. Intranscendência	146
5.6.3. Legitimidade para promover a ação e requisitos da procuração (CPP, art. 44)	147
5.6.4. Prazos	148
5.6.5. Custas	148
5.7. Ação Penal Privada Personalíssima	149
5.8. Ação Penal Privada Subsidiária à Pública	150
5.9. Ação Penal nos Crimes contra a Dignidade Sexual	151
5.9.1. Ação pública condicionada	151

5.9.2. Ação pública incondicionada	152
5.9.2.1. Crime praticado com violência real	152
5.9.2.2. A Súmula n. 608 do Supremo Tribunal Federal e a Lei n. 9.099/95	154
5.10. Ação Penal de Competência Originária	156
5.10.1. Introdução: preparação para a ação penal.	156
5.10.2. Prisão em flagrante: Promotor de Justiça ou Juiz de Direito	156
5.10.3. O procedimento propriamente dito.	157
5.10.4. O agravo regimental	159
5.10.5. O procedimento da exceção da verdade	160
5.11. Ação Penal Popular.	161
Capítulo VI – Ação Civil de Reparação de Dano	163
6.1. A Reparação de Dano	163
6.2. A Responsabilidade Penal e a Responsabilidade Civil.	164
6.3. A Execução Civil da Sentença Condenatória e a Ação Civil <i>Ex Delicto</i>	166
6.3.1. O Ministério Público e a ação civil <i>ex delicto</i>	168
6.4. A Execução Penal da Sentença Condenatória	170
Capítulo VII – Prisão	171
7.1. Aspectos Gerais	171
7.1.1. Prisão. Noções introdutórias.	172
7.1.2. Da prisão decorrente de sentença condenatória	173
7.1.2.1. Espécies de penas privativas de liberdade.	174
7.1.3. A prisão administrativa, a prisão disciplinar e a prisão civil	175
7.1.3.1. Prisão disciplinar	175
7.1.3.2. Prisão administrativa	175
7.1.3.3. Prisão civil.	176
7.1.4. Estado de defesa e estado de sítio.	178
7.1.5. A cautelaridade no processo penal	178
7.1.6. A prisão cautelar de natureza processual	180
7.1.6.1. Prisão especial	182
7.1.7. O mandado de prisão e o seu cumprimento	183
7.2. Da Prisão em Flagrante	186
7.2.1. Natureza jurídica.	186
7.2.2. Espécies de flagrante	187
7.2.2.1. Flagrante em sentido próprio.	188
7.2.2.2. Flagrante impróprio (quase flagrante)	188
7.2.2.3. Flagrante presumido (ou <i>ficto</i>)	189
7.2.2.4. Flagrante diferido	189
7.2.3. Relaxamento da prisão	190
7.2.4. Flagrante preparado e esperado	191
7.2.5. Auto de prisão em flagrante	191
7.2.5.1. Introdução	191
7.2.5.2. Sujeito ativo da prisão em flagrante	192
7.2.5.3. Sujeito passivo da prisão em flagrante	192
7.2.5.4. Ação pública condicionada e privada	194
7.2.5.5. Auto de prisão em flagrante – formalidades	195
7.2.6. Prisão em flagrante e infração penal de menor potencial ofensivo	197

7.3. Da Prisão Preventiva	198
7.3.1. Natureza jurídica.	198
7.3.2. Requisitos cautelares – <i>fumus boni juris</i> e <i>periculum in mora</i>	199
7.3.2.1. Garantia da ordem pública	200
7.3.2.2. Conveniência da instrução criminal	201
7.3.2.3. Segurança da aplicação da pena	201
7.3.2.4. Garantia da ordem econômica.	201
7.3.2.5. Descumprimento de obrigação imposta em outra medida cautelar.	202
7.3.3. Hipóteses legais	202
7.3.4. Requerimento, decretação e oportunidade	204
7.3.5. Fundamentação e revogação.	205
7.3.6. Casos onde não se decreta a preventiva	206
7.3.7. Apresentação espontânea do acusado.	206
7.3.8. Prisão domiciliar.	206
7.4. Prisão Decorrente da Decisão de Pronúncia.	207
7.4.1. O procedimento do júri e a decisão de pronúncia	207
7.4.2. A prisão decorrente da pronúncia	208
7.5. Prisão Temporária (Lei n.º 7.960/1989)	209
7.5.1. Conceito e natureza jurídica	209
7.5.2. Requisitos cautelares	210
7.5.2.1. <i>Fumus boni juris</i>	210
7.5.2.2. <i>Periculum in mora</i>	210
7.5.3. Hipóteses legais	211
7.5.4. Requerimento, decretação e prazos. Generalidades	212
7.6. Medidas Cautelares Diversas da Prisão	213
7.6.1. As medidas cautelares e os crimes hediondos	215
Capítulo VIII – Liberdade Provisória.	217
8.1. Conceito	217
8.2. Liberdade sem Fiança e com Vinculação.	217
8.3. Liberdade sem Fiança e sem Vinculação	219
8.4. Liberdade Provisória com Fiança.	220
8.4.1. Fiança: conceito e finalidade	220
8.4.2. Admissibilidade da fiança.	221
8.4.3. Quem pode conceder e o momento	225
8.4.4. Obrigações do afiançado.	226
8.4.5. Fixação do valor da fiança	226
8.4.6. Extinção da fiança.	226
8.4.7. Execução da fiança	227
8.5. Liberdade Provisória e o Estatuto do Desarmamento	228
Capítulo IX – Jurisdição e Competência	229
9.1. Jurisdição e Competência. Conceitos.	229
9.2. Princípios da Jurisdição	230
9.2.1. Inércia da jurisdição	230
9.2.2. Investidura	230
9.2.3. Indeclinabilidade de jurisdição.	231
9.2.4. Inevitabilidade	231

9.2.5. Indelegabilidade de jurisdição	231
9.2.6. Improrrogabilidade de jurisdição	231
9.2.7. Juiz natural	232
9.2.8. Unidade de jurisdição	233
9.2.9. Princípio da aplicação jurisdicional da pena	234
9.2.10. Princípio do promotor natural	234
9.2.10.1. O trinômio unidade – indivisibilidade – independência	236
9.2.10.2. Suposta regra do procurador de justiça natural	242
9.2.11. Princípio da substitutividade	244
9.2.12. Princípio da complementaridade da jurisdição	244
9.2.13. Princípio da definitividade	244
9.2.14. Princípio da identidade física do juiz	244
9.2.15. Princípio do duplo grau de jurisdição	245
9.3. Formas e Divisões da Jurisdição	245
9.4. Competência	245
9.4.1. Introdução	245
9.4.2. Competência – lugar da infração	246
9.4.2.1. Crimes materiais	247
9.4.2.2. Crimes formais	247
9.4.2.3. Crimes de mera conduta	247
9.4.2.4. Crimes omissivos: próprios e impróprios	247
9.4.2.5. Crimes qualificados pelo resultado	248
9.4.2.6. Crimes permanentes e continuados	249
9.4.2.7. Crime tentado	249
9.4.2.8. Crimes a distância	249
9.4.2.9. Limite de duas ou mais comarcas	249
9.4.2.10. Infrações penais de menor potencial ofensivo	250
9.4.2.11. Crimes praticados fora do território nacional, em embarcações e aeronaves (CPP, art. 88)	250
9.4.3. Competência – domicílio do réu	252
9.4.3.1. Ação penal privada	252
9.4.4. Competência pela natureza da infração	252
9.4.4.1. Competência dos Juizados Especiais Criminais	255
9.4.5. Competência por distribuição	255
9.4.5.1. A distribuição e o princípio do juiz natural	256
9.4.6. Competência por prevenção	257
9.4.7. Competência por prerrogativa de função	258
9.4.7.1. Observações	260
9.4.7.1.1. Crimes de responsabilidade	260
9.4.7.1.2. Deslocamento da competência durante o processo	261
9.4.7.1.3. Da exceção de verdade e prerrogativa de função	261
9.4.7.1.4. Crime cometido fora do Estado onde se exerce a função que assegura o foro especial	261
9.4.7.1.5. Prerrogativa de função e crime doloso contra a vida	262
9.4.7.1.6. A Federalização da competência para julgamento dos crimes praticados contra os direitos humanos	263
9.4.8. Conexão e continência	268

9.4.8.1. Introdução	268
9.4.8.2. Espécies de conexão	269
9.4.8.3. Conexão intersubjetiva	269
9.4.8.3.1. Intersubjetiva por simultaneidade	269
9.4.8.3.2. Intersubjetiva por concurso	270
9.4.8.3.3. Intersubjetiva por reciprocidade	270
9.4.8.4. Conexão material, lógica ou teleológica	270
9.4.8.5. Conexão probatória, instrumental ou processual	270
9.4.8.6. Espécies de continência	271
9.4.8.7. Continência por cumulação subjetiva	271
9.4.8.8. Continência por cumulação objetiva	271
9.4.8.9. Conexão e continência com as infrações de menor potencial ofensivo	272
9.4.9. Regras para fixação de foro	273
9.4.9.1. Introdução	273
9.4.9.2. Concurso entre o júri e outra jurisdição	273
9.4.9.3. Jurisdições da mesma categoria	273
9.4.9.3.1. Infração mais grave	274
9.4.9.3.2. Maior número de infrações	274
9.4.9.3.3. Demais casos pela prevenção	274
9.4.9.4. Jurisdições de categorias diversas	275
9.4.9.5. Jurisdição comum e especial	275
9.5. Exceções à Unidade do Processo	277
9.5.1. Jurisdição comum e militar	277
9.5.2. Justiça comum e de menores	278
9.5.3. Separação facultativa	278
9.5.4. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	279
9.5.5. Reunião dos processos	279
9.6. Conflito de Competência	280
9.6.1. Introdução	280
9.6.2. Competência absoluta e relativa no processo penal	281
9.6.3. Conflito de competência ou jurisdição?	282
9.6.4. Quem poderá suscitar o conflito e de que forma?	283
9.6.5. Competência para dirimir os conflitos	284
9.6.6. Questões controvertidas de fixação de competência	284
9.7. Conflito de Atribuições – Ministério Público	287
9.7.1. Conflito de atribuições entre Promotores de Justiça de Estados diferentes	289
Capítulo X – Das Exceções Processuais	293
10.1. Introdução	293
10.2. Exceção de Suspeição	294
10.2.1. Definição	294
10.2.2. Causas geradoras da suspeição	294
10.2.3. Momento e forma de arguição	295
10.2.4. Suspeição na instância superior	296
10.3. Exceção de Incompetência	296
10.3.1. Introdução	296
10.3.2. Incompetência absoluta e relativa	296
10.3.3. Momento e forma de arguição	298

10.4. Exceção de Litispendência	298
10.4.1. Introdução	298
10.4.2. Momento e forma de arguição	298
10.4.3. Consequências	298
10.5. Exceção de Ilegitimidade de Parte	299
10.5.1. Introdução	299
10.5.2. Forma e momento	300
10.6. Exceção de Coisa Julgada	300
10.6.1. Introdução	300
10.6.2. Momento e consequências	300
Capítulo XI – Medidas Assecuratórias	301
11.1. Introdução	301
11.2. Restituição de Coisas Apreendidas	301
11.3. Do Sequestro	302
11.3.1. Sequestro de bens imóveis	302
11.3.1.1. Procedimento do sequestro e interposição de embargos	303
11.3.2. Sequestro de bens móveis	305
11.4. Hipoteca Legal	305
11.4.1. Procedimento da hipoteca legal	306
11.5. Arresto	307
11.5.1. Arresto do art. 136	307
11.5.2. Arresto subsidiário do art. 137	307
11.5.3. Alienação antecipada de bens	308
Capítulo XII – Questões Prejudiciais	309
12.1. Conceito	309
12.2. Espécies	309
12.3. Sistemas de Solução das Questões Prejudiciais	310
12.4. Questão Prejudicial Obrigatória – Art. 92 do CPP	310
12.4.1. Efeitos da prejudicialidade obrigatória	311
12.4.2. Intervenção do Ministério Público	311
12.5. Questão Prejudicial Facultativa – Art. 93 do CPP	312
12.5.1. Efeitos da prejudicialidade facultativa	312
12.5.2. Intervenção do Ministério Público	312
12.6. Recursos Cabíveis	313
Capítulo XIII – Provas	315
13.1. Conceito e Finalidade	315
13.2. Objeto de Prova	315
13.2.1. Fato notório	316
13.2.2. Fato popularmente conhecido	316
13.2.3. Fatos admitidos pelas partes	316
13.2.4. Presunções	317
13.2.5. Direito	317
13.3. Limitações Especiais à Prova	318
13.3.1. Meios de prova	318
13.3.2. Limitações especiais	318
13.3.3. Provas ilegais: ilegítimas e ilícitas	319
13.3.3.1. Provas ilícitas e provas derivadas	323

13.4. Direito à Prova, Ônus da Prova e Prova Emprestada	325
13.4.1. Introdução	325
13.4.2. Condição de validade da prova	326
13.4.3. Prova emprestada	327
13.4.4. Ônus da prova	328
13.4.5. Produção antecipada de provas	329
13.5. Sistemas de Apreciação de Provas	329
13.5.1. Introdução	329
13.5.2. Íntima convicção	329
13.5.3. Prova legal	330
13.5.4. Sistema da livre convicção	330
13.6. Das Provas em Espécie	331
13.6.1. Perícias em geral	331
13.6.2. Do corpo de delito	333
13.6.2.1. Perícias	334
13.6.3. Do interrogatório	336
13.6.3.1. Interrogatório por videoconferência e interrogatório <i>on-line</i>	339
13.6.3.2. Interrogatório na Lei n. 9.099/1995	347
13.6.3.3. Generalidades	347
13.7. Da Confissão	348
13.8. O Ofendido	349
13.8.1. Das perguntas ao ofendido	350
13.9. Das Testemunhas	352
13.9.1. Classificação das testemunhas	352
13.9.2. Depoimento – características	353
13.9.2.1. Regra da oralidade na prova testemunhal	353
13.9.3. Dever legal de depor	356
13.9.3.1. Compromisso de dizer a verdade	357
13.9.3.2. Contradita da testemunha	357
13.9.4. Local do depoimento	357
13.9.5. Retirada do réu da audiência e o uso da videoconferência	358
13.9.6. O uso da videoconferência na oitiva das testemunhas	358
13.10. Do Reconhecimento de Pessoas e Coisas	359
13.11. Acareação	360
13.12. Dos Documentos	361
13.12.1. Conceito e aspectos gerais	361
13.12.2. Dúvida quanto à autenticidade do documento	362
13.12.2.1. Procedimento do incidente de falsidade	363
13.12.3. Produção do documento como meio de prova	364
13.13. Dos Índícios	365
13.14. Da Busca e Apreensão	366
13.14.1. Conceito	366
13.14.2. Oportunidade	366
13.14.3. Iniciativa	366
13.14.4. Espécies de busca	367
13.14.4.1. Busca domiciliar	367
13.14.4.2. Busca pessoal	368
13.14.4.3. Fundada suspeita	368

13.14.5. Busca e apreensão em escritório de advocacia	368
13.14.6. Generalidades	369
13.15. A Interceptação de Comunicação Telefônica	369
13.15.1. Considerações gerais	369
13.15.2. Interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática	370
13.15.3. Hipóteses de admissibilidade	371
13.15.4. Processamento da interceptação telefônica	373
Capítulo XIV – Procedimentos Criminais	375
14.1. Ação. Processo. Procedimento	375
14.2. Comunicação dos Atos do Processo.	377
14.2.1. Introdução.	377
14.2.2. Da citação	377
14.2.2.1. Conceito.	377
14.2.2.2. Indispensabilidade da citação	378
14.2.2.3. Classificação e espécies de citação	378
14.2.2.3.1. Espécies de citação	378
14.2.2.3.2. Citação por mandado	379
14.2.2.3.3. Citação por precatória	380
14.2.2.3.4. Citação do réu preso, do militar e do funcionário público	380
14.2.2.3.5. Citação por carta rogatória e em legação estrangeira	381
14.2.2.3.6. Citação por edital	382
I) Edital de citação. Formalidades	384
II) A citação por edital e seus efeitos	385
III) Fatos criminosos praticados antes da vigência da Lei n. 9.271/96.	387
IV) O prazo de suspensão do processo	388
V) A produção antecipada de prova e a prova testemunhal	389
VI) A prisão preventiva.	391
VII) Recurso cabível da decisão que suspende o processo.	391
14.2.2.3.7. Citação pessoal e revelia	392
14.2.2.4. Citação com hora certa	393
14.2.2.5. Citação no procedimento da Lei n. 9.099/95.	394
14.2.3. Da intimação e da notificação.	394
14.2.3.1. Aspectos gerais	394
14.2.3.2. Regras da intimação e notificação.	395
14.3. Procedimento Comum Ordinário – Pena Máxima Igual ou Superior a Quatro Anos	397
14.3.1. Introdução.	397
14.3.2. Procedimento ordinário propriamente dito.	398
14.3.2.1. Denúncia. Prazo.	398
14.3.2.2. A rejeição da denúncia, a resposta escrita e a absolvição sumária do acusado	398
14.3.2.3. Recebimento da denúncia e audiência de instrução e julgamento	400
14.3.2.4. Diligências e alegações finais	402
14.3.2.5. Julgamento e princípio da identidade física do juiz	405
14.3.2.6. Excesso de prazo	406
14.4. Procedimento dos Juizados Especiais Criminais	408
14.4.1. Introdução.	408
14.4.2. Regras norteadoras dos Juizados Especiais Criminais	408

14.4.3. Competência dos Juizados Especiais Criminais	410
14.4.3.1. Disposições gerais	410
I) Das contravenções penais	410
II) Dos crimes com pena máxima de dois anos, cumulada ou não com multa	411
a) Aspectos gerais	411
b) Causas especiais de aumento e diminuição	411
c) Agravantes e atenuantes	411
d) Continuidade delitiva e os concursos formal e material	411
III) Procedimentos especiais	412
14.4.3.2. Delimitação da jurisdição e prorrogação da competência	413
I) Lugar da infração	413
II) Conexão ou continência	413
III) Prerrogativa de função nos Juizados Especiais	414
IV) Prevenção pela distribuição do termo circunstanciado	415
14.4.3.3. Dos juízes: togados e leigos	415
14.4.3.4. Turmas de julgamento	417
14.4.3.5. Juizados Especiais Criminais Federais (Lei n. 10.259/01)	418
14.4.3.5.1. Aspectos introdutórios: a polêmica sobre a derrogação do art. 61 da Lei n. 9.099/95	418
14.4.4. Comunicação dos atos do processo	419
14.4.4.1. Aspectos gerais	419
14.4.4.2. Da citação	419
14.4.4.3. Das intimações e notificações	420
14.4.4.4. Nulidade dos atos processuais	420
14.4.5. Procedimentos e suas peculiaridades	421
14.4.5.1. Termo circunstanciado	421
14.4.5.2. Conciliação no juizado especial criminal	421
14.4.5.2.1. Renúncia e reparação do dano	422
14.4.5.2.2. Conciliação extrajudicial e renúncia tácita	424
14.4.5.2.3. Transação e insanidade mental do agente	425
14.4.5.2.4. Violência doméstica e JECRIM (Lei n. 10.455/02)	426
14.4.5.3. Proposta do Ministério Público, transação e homologação	431
14.4.5.3.1. Aspectos gerais	431
14.4.5.3.2. Condenação por sentença definitiva, à pena privativa de liberdade, pela prática de crime	432
14.4.5.3.3. Natureza da proposta do Ministério Público: homologação, descumprimento do acordo e suas consequências	434
14.4.5.3.4. Transação penal: poder discricionário ou direito subjetivo?	442
14.4.5.3.5. Transação e infração de alçada privada	444
14.4.5.3.6. Transação no Código de Trânsito Brasileiro	444
14.4.5.3.7. Transação penal e o Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03)	446
14.4.5.3.8. Arquivamento	448
14.4.5.4. Procedimento sumaríssimo	450
14.4.5.4.1. Denúncia oral	450
14.4.5.4.2. Audiência de instrução e julgamento	451
a) Aspectos gerais e defesa preliminar	451
b) Recebimento da denúncia	453
c) Oitiva de testemunhas	454

d) Interrogatório	454
e) Debates orais	455
f) Sentença	459
g) Superveniência de fato novo e pena mais gravosa	460
14.4.5.5. Recursos	461
14.4.5.5.1. Da apelação	461
14.4.5.5.2. Os embargos de declaração	462
14.4.5.5.3. Dos demais recursos, <i>habeas corpus</i> e revisão criminal	463
14.4.5.6. Execução	465
14.4.6. Suspensão condicional do processo	468
14.4.6.1. Introdução	468
14.4.6.2. Requisitos e condições para a suspensão condicional do processo	469
14.4.6.2.1. Requisitos: aspectos introdutórios	469
14.4.6.2.2. Crimes com a pena mínima igual ou inferior a um ano	469
I) Concurso de crimes (material, formal e crime continuado)	469
II) Agravantes e causas especiais de aumento de pena	470
III) Tentativa	471
14.4.6.2.3. Processo por crime doloso	471
14.4.6.2.4. O princípio do estado de inocência	472
14.4.6.2.5. Condenação por crime doloso	473
14.4.6.2.6. Demais hipóteses do art. 77 do Código Penal	474
14.4.6.3. A suspensão e a ação penal privada	476
14.4.6.4. Suspensão condicional do processo na Justiça Militar	476
14.4.6.5. Suspensão condicional do processo e os crimes ambientais	477
14.4.6.6. Suspensão do processo: crimes contra a ordem econômica e Código do Consumidor	478
14.4.6.7. Condições durante o período de suspensão	479
14.4.6.7.1. Condições obrigatórias	479
14.4.6.7.2. Condições judiciais ou facultativas	479
14.4.6.8. Concessão à revelia do Ministério Público	480
14.4.6.9. Controle judicial da atuação do Ministério Público	484
14.4.6.9.1. Considerações iniciais	484
14.4.6.9.2. Interpretação analógica do art. 28 do CPP	485
14.4.6.10. Revogação da suspensão	487
14.4.6.10.1. Aspectos gerais e suspensão da prescrição	487
14.4.6.10.2. Revogação obrigatória	488
14.4.6.10.3. Revogação facultativa	489
14.4.6.11. Extinção da punibilidade: hipóteses e momento	489
14.4.6.12. Suspensão condicional do processo: processos em andamento, desclassificação e suspensão do processo	491
14.5. Procedimento Comum Sumário – Pena Máxima Inferior a Quatro Anos de Prisão	496
14.6. Procedimento dos Crimes de Abuso de Autoridade	499
14.6.1. Procedimento propriamente dito	499
14.6.2. Generalidades da lei	500
14.6.3. Competência	501
14.7. Procedimento dos Crimes Dolosos contra a Vida	501
14.7.1. Aspectos introdutórios: fundamentos constitucionais	502

14.7.1.1. Soberania dos veredictos	502
14.7.1.2. Sigilo nas votações	504
14.7.1.3. Plenitude do direito de defesa	505
14.7.1.4. Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida: questões controvertidas	505
14.7.1.5. O Tribunal do Júri na Justiça Federal	507
14.7.2. Características do Tribunal do Júri	507
14.7.3. <i>Judicium accusationis</i> ou sumário de culpa	508
14.7.4. Encerramento do <i>judicium accusationis</i>	511
14.7.4.1. Impronúncia (art. 414, CPP)	511
14.7.4.2. Desclassificação (art. 419, CPP)	512
14.7.4.3. Absolvição sumária (art. 415, CPP)	514
14.7.4.4. Pronúncia (art. 413, CPP)	516
14.7.4.4.1. Aspectos gerais	516
14.7.4.4.2. Efeitos da pronúncia	518
14.7.4.4.3. A pronúncia e o crime conexo	519
14.7.4.4.4. Intimação da pronúncia	520
14.7.5. <i>Judicium causae</i> (segunda fase do procedimento)	520
14.7.5.1. Introdução	520
14.7.5.2. Desaforamento	521
14.7.5.2.1. Casos de desaforamento	521
14.7.5.2.2. Procedimento do desaforamento	523
14.7.5.3. Organização do júri	524
14.7.5.3.1. Aspectos gerais	524
14.7.5.3.2. Jurado, sua função e responsabilidade	524
14.7.5.3.3. Juiz-presidente	526
14.7.5.3.4. Ordem dos julgamentos	527
14.7.5.3.5. Sorteio de 25 jurados (art. 432 do CPP)	527
14.7.5.3.6. Sessão de julgamento – instalação	527
14.7.5.3.7. Sessão de julgamento – pregão e adiamento	527
14.7.5.3.8. Sessão de julgamento. Princípios. Advertências	528
14.7.5.3.9. Sorteio do Conselho de Sentença	529
14.7.5.3.10. Sessão de julgamento – procedimento	529
14.7.5.4. Julgamento – questionário	533
14.7.5.4.1. Quesitos – aspectos gerais	533
14.7.5.4.2. Quesitos – forma, ordem e prejudicialidade	533
14.7.5.4.2.1. Quesito sobre falso testemunho	536
14.7.5.5. Julgamento – sentença	536
14.7.5.5.1. Sentença condenatória	536
14.7.5.5.2. Desclassificação própria e seus reflexos na Lei n. 9.099/95	536
14.7.5.5.3. Desclassificação imprópria	537
14.7.5.5.4. Efeitos do julgamento – conexão	537
14.7.5.5.5. Sentença absolutória	539
14.7.5.5.6. Absolvição imprópria	539
14.7.6. Dos atos essenciais e da ata de julgamento	541
14.7.6.1. Dos atos essenciais	541
14.7.6.2. Importância de uma ata de julgamento	542
14.7.7. Oralidade no procedimento do júri	544

14.8. Procedimento da Lei de Drogas (Lei n. 11.343/06)	549
14.8.1. Introdução: aspectos processuais	549
14.8.2. Generalidades	552
14.8.2.1. Auto de constatação e laudo definitivo	552
14.8.2.2. Dependência químico-toxicológica	552
14.8.2.3. Liberdade provisória e tráfico	552
14.8.2.4. Regime de cumprimento de pena	554
14.8.2.5. Substituição da pena privativa de liberdade por multa	554
14.8.2.6. Competência, conexão e continência	555
14.8.2.7. Perda dos instrumentos do crime.	555
14.8.2.8. O sequestro do produto do crime	556
14.9. Procedimento da Lei de Imprensa (Lei n. 5.250/67)	558
14.10. Crimes contra a Honra	558
14.10.1. Introdução.	558
14.10.2. Procedimento. Conciliação. Exceção da verdade.	558
14.11. Responsabilidade de Funcionários Públicos	559
14.11.1. Introdução.	559
14.11.2. Procedimento. Generalidades	560
14.12. Procedimento dos Crimes contra a Propriedade Imaterial	561
14.12.1. Considerações gerais	561
14.12.2. Ação penal	562
14.13. Procedimento dos Crimes Falimentares	564
14.13.1. Considerações gerais	564
14.14. Procedimento dos Crimes Eleitorais	565
14.14.1. A Lei n. 9.099/1995 e os crimes eleitorais	568
14.15. Aspectos processuais-penais da colaboração premiada na Lei de Repressão às Organi- zações Criminosas (Lei n. 12.850/13).	568
14.15.1. A persecução penal e a criminalidade organizada	568
14.15.2. A colaboração premiada e as consequências no processo penal.	570
14.15.3. A justiça consensual e as organizações criminosas.	573
14.15.4. Valor probatório das declarações do corréu colaborador.	579
14.15.5. A ação penal diferida na Lei das Organizações Criminosas.	582
Capítulo XV – Sentença e Coisa Julgada	583
15.1. Definição	583
15.2. Requisitos Formais.	584
15.2.1. Intrínsecos.	584
15.2.2. Extrínsecos	587
15.2.3. Declaração da sentença.	587
15.2.4. Correlação entre imputação e sentença	588
15.2.4.1. <i>Emendatio libelli</i> (art. 383, CPP)	589
15.2.4.2. <i>Mutatio libelli</i> e suas consequências	589
15.2.4.2.1. <i>Mutatio libelli</i> (art. 384, CPP).	589
15.2.4.2.2. <i>Mutatio libelli</i> com aditamento (art. 384, <i>caput</i> , CPP).	590
15.2.4.3. Generalidades sobre o tema.	590
15.2.4.3.1. Recusa do promotor em aditar	590
15.2.4.3.2. Aditamento pelo promotor de ofício	591

15.2.4.3.3. Ação privada e <i>mutatio libelli</i>	591
15.2.4.3.4. Fato conhecido à época da denúncia	591
15.2.4.3.5. <i>Mutatio libelli</i> em segunda instância	591
15.2.4.3.6. <i>Mutatio libelli</i> e supressão de fato descrito na denúncia	592
15.2.4.3.7. <i>Mutatio libelli</i> e suspensão condicional do processo	592
15.2.4.3.8. <i>Mutatio libelli</i> no limiar da ação penal	593
15.2.5. Tipos de sentença	594
15.2.5.1. Condenatória	594
15.2.5.2. Absolutória imprópria	597
15.2.5.3. Absolutória (art. 386, CPP)	598
15.2.5.3.1. Provada a inexistência do fato (art. 386, I, do CPP)	598
15.2.5.3.2. Não haver prova da existência do fato (art. 386, II, do CPP)	598
15.2.5.3.3. Não constituir o fato infração penal (art. 386, III, do CPP)	598
15.2.5.3.4. Prova do concurso do réu	599
15.2.5.3.5. Circunstância que exclua ou isente o réu de pena ou dúvida a esse respeito	599
15.2.5.3.6. Não existir prova suficiente para a condenação (art. 386, VII, do CPP)	600
15.2.6. Intimação da sentença	601
15.2.7. Súmula vinculante	601
15.3. Coisa Julgada	602
15.3.1. Fundamento	602
15.3.2. Limites da coisa julgada	603
15.3.2.1. Limites subjetivos	603
15.3.2.2. Limites objetivos	603
Capítulo XVI – Recursos no Processo Penal	605
16.1. Recursos – Aspectos Gerais	605
16.1.1. Fundamento e natureza jurídica	605
16.2. Tipos de Recurso	607
16.2.1. Recurso voluntário	607
16.2.2. A voluntariedade e o recurso do Ministério Público	608
16.2.3. Recurso necessário ou de ofício	608
16.3. Efeitos dos Recursos	609
16.3.1. Efeito devolutivo	610
16.3.2. Efeito suspensivo	610
16.3.3. Efeito regressivo	611
16.3.4. Efeito extensivo ou comunicabilidade	611
16.3.5. Efeito substitutivo	611
16.3.6. Efeito expansivo dos recursos	612
16.4. Pressupostos dos Recursos	612
16.4.1. Pressuposto lógico	612
16.4.2. Pressuposto fundamental	613
16.4.3. Pressupostos objetivos	613
16.4.3.1. Previsão legal	613
16.4.3.2. Tempestividade	613
16.4.3.3. Adequação	616
16.4.3.4. Regularidade formal	616
16.4.4. Pressupostos subjetivos	617

16.4.4.1. Interesse.	617
16.4.4.2. Legitimidade (Ministério Público e assistente de acusação).	619
16.4.5. Juízo de admissibilidade.	620
16.4.6. Extinção anormal dos recursos.	621
16.4.6.1. Falta de preparo.	621
16.4.6.2. Apelo em liberdade e deserção.	622
16.4.6.3. Desistência.	624
16.4.7. Princípios dos recursos.	624
16.4.7.1. Fungibilidade.	624
16.4.7.2. Unirrecorribilidade.	624
16.4.7.3. Princípio do duplo grau de jurisdição.	625
16.4.7.4. Princípio da dialeticidade.	626
16.4.7.5. Princípio da voluntariedade.	626
16.4.7.6. Regra do <i>tantum devolutum quantum appellatum</i>	626
16.4.7.7. Princípio da personalidade recursal.	628
16.4.7.8. Cláusula da reserva de Plenário.	628
16.4.7.9. Princípio da variabilidade dos recursos.	629
16.5. Recurso em Sentido Estrito.	629
16.5.1. Introdução.	629
16.5.2. Hipóteses de cabimento.	629
16.5.2.1. Aspectos gerais.	629
16.5.2.2. Hipóteses do art. 581 do Código de Processo Penal.	630
16.5.3. Forma de interposição e processamento.	634
16.6. Apelação.	636
16.6.1. Introdução: prazo e interposição.	636
16.6.2. Hipóteses de cabimento.	636
16.6.3. Processamento.	638
16.6.3.1. Em primeira instância.	368
16.6.3.2. Processamento no tribunal.	639
16.6.3.2.1. Apelação sumária.	639
16.6.3.2.2. Apelação ordinária.	639
16.6.3.2.3. Embargos infringentes e de nulidade.	640
16.6.4. Efeitos da apelação.	641
16.6.5. Generalidades.	641
16.6.5.1. Abrangência da apelação.	641
16.6.5.2. Extensão do apelo do Ministério Público.	641
16.6.5.3. Juntada de documento.	642
16.6.6. Apelação no procedimento das infrações de menor potencial ofensivo.	643
16.7. Protesto por Novo Júri.	644
16.7.1. A revogação do protesto por novo júri e os seus reflexos nos processos em andamento.	644
16.8. Carta Testemunhável.	649
16.8.1. Introdução e cabimento.	649
16.8.2. Interposição e processamento.	650
16.9. Reclamação e Correição Parcial.	650
16.9.1. Da reclamação.	650
16.9.2. Correição parcial.	652
16.9.2.1. Noções gerais.	652
16.9.2.2. Procedimento.	653

16.10. Recurso Especial	654
16.10.1. Conceito	654
16.10.2. Hipóteses de cabimento e prequestionamento	654
16.10.2.1. Prequestionamento	654
16.10.2.2. Contrariar ou negar vigência à lei federal	655
16.10.2.3. Julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da lei federal	656
16.10.2.4. Dar à lei federal interpretação divergente da que lhe tenha dado outro tribunal . . .	656
16.10.3. Prazo, forma de interposição e efeitos	657
16.10.4. Recursos repetitivos	658
16.11. Recurso Extraordinário	658
16.11.1. Conceito	658
16.11.2. Hipóteses de cabimento e repercussão geral	659
16.11.2.1. Prequestionamento	660
16.11.2.2. Contrariedade de dispositivo da Constituição Federal	661
16.11.2.3. Declarar inconstitucionalidade de tratado ou lei federal e julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição	661
16.11.2.4. Considerações gerais	661
16.11.3. Forma de interposição e prazo	662
Capítulo XVII – Habeas Corpus	663
17.1. Introdução	663
17.1.1. Breve histórico	663
17.1.2. Doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	664
17.2. Natureza Jurídica	665
17.3. Espécies	667
17.4. Condições para Propositura da Ação	668
17.4.1. Do paciente	668
17.4.2. Legitimação ativa	669
17.4.3. Legitimação passiva (autoridade coatora)	672
17.4.3.1. Aspectos gerais	672
17.4.3.2. <i>Habeas corpus</i> contra ato de particular	672
17.4.3.3. <i>Habeas corpus</i> contra ato de Promotor de Justiça	674
17.4.4. Possibilidade jurídica do pedido	675
17.4.4.1. Estado de sítio	675
17.4.4.2. Prisão disciplinar militar	676
17.4.4.3. Prisão administrativa	676
17.4.4.4. Prisão civil	677
17.4.5. Interesse de agir	679
17.5. Hipóteses Legais de Impetração	679
17.5.1. Quando não houver justa causa	679
17.5.1.1. Justa causa e inquérito policial	681
17.5.1.1.1. Aspectos gerais	681
17.5.1.1.2. Excesso de prazo no inquérito	683
17.5.1.1.3. Identificação criminal	684
17.5.2. Preso por mais tempo do que a lei determina	686
17.5.3. Incompetência para determinar a medida	688

17.5.4. Cessação do motivo que autorizou a coação	690
17.5.5. Não concessão de fiança admitida por lei.	690
17.5.6. Quando o processo for manifestamente nulo	691
17.5.6.1. Aspectos gerais	691
17.5.6.2. Inépcia da denúncia.	692
17.5.6.3. Ausência de defesa	693
17.5.6.3.1. Aspectos gerais	693
17.5.7. Quando estiver extinta a punibilidade	694
17.5.7.1. Aspectos gerais	694
17.6. Competência para o Julgamento.	694
17.7. Requisitos da Petição e Procedimento	697
17.7.1. Requisitos da petição	697
17.7.2. Procedimento do <i>habeas corpus</i>	698
17.7.2.1. Aspectos gerais	698
17.7.2.2. Liminar em <i>habeas corpus</i>	698
17.7.2.3. Intervenção do Ministério Público	699
17.8. Generalidades.	699
17.8.1. Dos recursos em face da decisão em <i>habeas corpus</i>	699
17.8.2. Sentença condenatória e <i>habeas corpus</i>	700
17.8.2.1. Fixação e dosimetria das penas	700
17.8.2.2. Denegação do <i>sursis</i>	701
17.8.2.3. <i>Habeas corpus</i> como sucedâneo de recurso	702
17.8.3. Reiteração do pedido	704
17.9. <i>Habeas Corpus</i> e Revisão Criminal	705
17.10. <i>Habeas Corpus</i> e Mandado de Segurança	706
17.11. <i>Habeas Corpus</i> no Processo de Execução	708
Capítulo XVIII – Revisão Criminal	711
18.1. Conceito	711
18.2. Natureza Jurídica	711
18.3. Legitimidade Ativa.	712
18.4. Momento do Pedido	713
18.5. Cabimento da Revisão	713
18.5.1. Sentença condenatória e absolutória imprópria	713
18.5.2. Esgotamento das vias recursais	714
18.5.3. Revisão e decisão do júri	714
18.5.4. Revisão <i>pro societate</i>	714
18.6. Hipóteses de Admissibilidade	715
18.6.1. Aspectos gerais	715
18.6.1.1. Sentença contrária à lei ou evidência dos autos	715
18.6.1.2. Falsidade de documentos, exames e depoimentos	716
18.6.1.3. Surgimento de novas provas de inocência.	717
18.7. Reiteração do Pedido	717
18.8. Competência.	718
18.9. Processamento	718
18.10. Consequências da Procedência da Revisão	718

18.10.1. Das decisões proferidas em revisão	718
18.10.2. <i>Reformatio in pejus</i> indireta	719
18.10.3. Revisão e sua extensão ao corrêu	719
18.10.4. Indenização	719
Capítulo XIX – Nulidades no Processo Penal	721
19.1. Introdução	721
19.1.1. Sistema legal das nulidades	722
19.1.2. Das nulidades	723
19.1.2.1. Incompetência, suspeição ou suborno do juiz	724
19.1.2.2. Ilegitimidade de parte	724
19.1.2.3. Falta das fórmulas ou dos termos	724
19.1.2.3.1. Ausência da denúncia, da queixa-crime e da representação	725
19.1.2.3.2. Exame de corpo de delito	725
19.1.2.3.3. Nomeação de defensor ao réu	726
19.1.2.3.4. Intervenção do Ministério Público	726
19.1.2.3.5. Citação e interrogatório do réu	727
19.1.2.3.6. Prazos da acusação e da defesa	727
19.1.2.3.7. Nulidades no procedimento do júri	728
19.1.2.3.8. Sentença	729
19.1.2.3.9. Recursos	729
19.1.2.3.10. <i>Quorum</i> de julgamento nos tribunais	729
19.1.2.4. Omissão de formalidade essencial do ato	729
19.1.2.5. Arguição e saneamento das nulidades	730
Capítulo XX – Execução Penal	733
20.1. Introdução	733
20.2. Individualização da Pena	734
20.3. Do Preso: Assistência e Trabalho, Direitos, Deveres e Faltas Disciplinares	735
20.3.1. Assistência: conceito e finalidade	735
20.3.1.1. Da assistência material	735
20.3.1.2. Assistência à saúde	736
20.3.1.3. Assistência jurídica	736
20.3.1.4. Assistência educacional	736
20.3.1.5. Assistência social	736
20.3.1.6. Assistência religiosa	737
20.3.1.7. Assistência ao egresso	737
20.3.2. Trabalho do preso	737
20.3.2.1. Trabalho interno	737
20.3.2.2. Trabalho externo	738
20.3.3. Dos deveres	738
20.3.3.1. Das faltas disciplinares e o regime disciplinar diferenciado	739
20.3.4. Dos direitos	740
20.4. Dos Órgãos da Execução Penal	740
20.4.1. Do juízo das execuções	740
20.4.2. Do Ministério Público	741
20.4.3. Do Conselho Penitenciário	741

20.4.4. Do Conselho Nacional de Política Criminal	741
20.4.5. Dos departamentos penitenciários	742
20.4.6. Do patronato	742
20.4.7. Conselho da comunidade	742
20.4.8. Defensoria Pública	742
20.5. Estabelecimentos Penais.	743
20.5.1. Penitenciária de segurança máxima ou média	743
20.5.2. Colônia penal agrícola	744
20.5.3. Casa de albergados	744
20.5.4. Prisão domiciliar	745
20.5.5. Cadeias públicas	746
20.5.6. Hospital de custódia e tratamento.	746
20.5.7. Centros de observação	746
20.6. Execução da Pena Privativa de Liberdade	747
20.6.1. Progressão no regime	747
20.6.2. Regressão no regime.	754
20.6.3. Regime prisional e crimes hediondos.	756
20.6.4. Execução provisória	762
20.6.5. Autorizações de saída	763
20.6.6. Monitoração eletrônica	764
20.7. Livramento Condicional.	764
20.7.1. Introdução.	764
20.7.2. Requisitos	765
20.7.2.1. Objetivos	765
20.7.2.2. Subjetivos	765
20.7.3. Condições do livramento	766
20.7.3.1. Condições obrigatórias	767
20.7.3.2. Condições facultativas.	767
20.7.4. Revogação do livramento	767
20.7.4.1. Revogação obrigatória.	767
20.7.4.2. Revogação facultativa (art. 87, CP).	768
20.7.5. Efeitos da revogação.	768
20.7.5.1. Crime anterior à vigência do livramento.	768
20.7.5.2. Crime na vigência do livramento ou outro motivo	768
20.7.6. Prorrogação do período de prova	768
20.7.7. Sentença de extinção da pena	769
20.8. Penas Restritivas de Direito	769
20.8.1. Considerações gerais	769
20.8.2. Crimes hediondos e assemelhados	771
20.8.3. Prestação de serviços à comunidade.	774
20.8.4. Limitação de fim de semana	774
20.8.5. Interdição temporária de direitos	775
20.8.5.1. Considerações gerais.	775
20.8.5.2. Execução da interdição temporária de direitos	775
20.8.5.3. Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo	776
20.8.6. Prestação pecuniária e perda de bens ou valores (da multa reparatória)	776

20.8.7. Conversão das penas restritivas de direitos	778
20.9. Suspensão Condicional da Pena	779
20.9.1. Introdução	779
20.9.2. Formas de <i>sursis</i> , seus requisitos e condições	780
20.9.2.1. Requisitos e condições	780
20.9.2.2. Fixação das condições	781
20.9.2.3. Período de prova	781
20.9.3. Audiência admonitória	782
20.9.4. Revogação do <i>sursis</i>	782
20.9.4.1. Revogação obrigatória	782
20.9.4.2. Revogação facultativa	783
20.9.5. Prorrogação do período de prova	783
20.9.6. Extinção da pena	784
20.10. Execução da Pena de Multa	784
20.10.1. Pena de multa	784
20.10.2. Processo de execução e a Lei n. 9.268/96	785
20.11. Remição	788
20.11.1. Introdução	788
20.11.2. Trabalho efetivo	789
20.11.3. Revogação do tempo remido	790
20.11.4. Momento do pedido	790
20.12. Unificação das Penas	791
20.12.1. Introdução	791
20.12.2. Unificação e outros benefícios	791
20.13. Detração Penal	792
20.13.1. Conceito	792
20.13.2. Aplicabilidade	792
20.13.3. Detração e pena restritiva de direito	793
20.14. Medidas de Segurança	794
20.14.1. Cessação da periculosidade	794
20.14.2. Desinternação ou liberação condicional	794
20.14.3. Aplicação da medida de segurança após a sentença	795
20.15. Excesso e Desvio na Execução	795
20.16. Anistia e Indulto	796
20.17. Recurso em Execução	796
Bibliografia	799
Índice Alfabético-Remissivo	813